

**ACOMPANHAMENTO DE
EGRESSOS E AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA (UNIR):
ANÁLISE DA RESOLUÇÃO
Nº 428/2016 NOS CURSOS
DE LICENCIATURA DO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS
HUMANAS**

**FOLLOW-UP OF GRADUATES AND INSTITUTIONAL EVALUATION AT THE
FEDERAL UNIVERSITY OF RONDÔNIA (UNIR): ANALYSIS OF RESOLUTION
NO. 428/2016 IN THE UNDERGRADUATE COURSES OF THE CENTER OF
HUMAN SCIENCES**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 18/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781722056](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781722056)

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos¹
Gustavo Eduardo Villanueva Quintanar²
Veronica Ribeiro da Silva Cordovil³
Ilma Ferreira de Brito⁴
Elizane Assis Nunes⁵
Madson Fernandes de Melo Junior⁶
Érica Siane Faial Nogueira⁷

RESUMO

O presente artigo analisa a Política de Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal de Rondônia (Unir), instituída pela Resolução nº 428/Consea, de 04 de maio de 2016, com foco em suas diretrizes institucionais e nos desafios de implementação nos cursos de licenciatura do então Núcleo de Ciências Humanas (NCH), atualmente Faculdade de Ciências Humanas (FCH). A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter documental e analítico, utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2016) para examinar a resolução institucional. O estudo discute o acompanhamento de egressos como instrumento estratégico de avaliação institucional, gestão pedagógica e fortalecimento da relação entre universidade, sociedade e mundo do trabalho, problematizando os limites das políticas institucionais em contextos amazônicos marcados por desigualdades territoriais, econômicas e estruturais. Os resultados evidenciam avanços normativos importantes na institucionalização da política de acompanhamento de egressos na Unir, mas também revelam desafios relacionados à ausência de sistemas integrados de monitoramento, fragilidades na articulação institucional e limitações na utilização pedagógica dos dados produzidos. Conclui-se que o fortalecimento de políticas permanentes de acompanhamento de egressos constitui elemento fundamental para a qualificação da formação universitária e para o desenvolvimento regional amazônico.

Palavras-chaves: Política Educacional; Educação Superior; Egressos.

ABSTRACT

This article analyzes the Alumni Follow-up Policy of the Federal University of Rondônia (Unir), instituted by Resolution No. 428/Consea, May 4, 2016, focusing on its institutional guidelines and the challenges of implementation in the undergraduate courses of

the then Center for Human Sciences (NCH), currently the Faculty of Human Sciences (FCH). The research has a qualitative approach, of documentary and analytical character, using Bardin's Content Analysis (2016) to examine the institutional resolution. The study discusses the follow-up of graduates as a strategic instrument of institutional evaluation, pedagogical management and strengthening of the relationship between university, society and the world of work, problematizing the limits of institutional policies in Amazonian contexts marked by territorial, economic and structural inequalities. The results show important normative advances in the institutionalization of the policy of monitoring graduates at Unir, but also reveal challenges related to the absence of integrated monitoring systems, weaknesses in institutional articulation, and limitations in the pedagogical use of the data produced. It is concluded that the strengthening of permanent policies for the monitoring of graduates is a fundamental element for the qualification of university education and for the Amazonian regional development.

Keywords: Educational Policy; Higher Education; Alumni.

1. INTRODUÇÃO

A universidade contemporânea vem sendo constantemente interpelada a demonstrar não apenas sua capacidade de ofertar vagas e diplomar estudantes, mas, sobretudo, de evidenciar os impactos sociais, acadêmicos e profissionais de sua formação. Nesse contexto, o acompanhamento de egressos passou a ocupar lugar estratégico nas políticas de avaliação, planejamento institucional e regulação da educação superior, constituindo-se como importante mecanismo de retroalimentação dos projetos pedagógicos, da gestão universitária e da relação entre universidade e sociedade.

Mais do que indicadores quantitativos de empregabilidade, os egressos representam a materialização histórica dos processos formativos desenvolvidos pelas instituições de educação superior (IES), expressando, em sua trajetória profissional, social e humana, os alcances, limites e contradições do projeto educativo institucional.

A literatura internacional e latino-americana tem evidenciado que os estudos de acompanhamento de egressos assumem múltiplas dimensões analíticas, envolvendo questões relacionadas à inserção profissional, mobilidade social, trajetórias acadêmicas, satisfação com o curso, desenvolvimento de competências, vinculação institucional e impactos da formação universitária no mercado de trabalho e na sociedade. De Vries et al. (2011) destacam que os egressos não podem ser compreendidos apenas como indicadores estatísticos de empregabilidade ou renda, mas como sujeitos cujas trajetórias revelam processos complexos de articulação entre educação superior, mercado de trabalho, capital cultural, condições sociais e experiências institucionais. Nesse sentido, os autores demonstram que o êxito profissional dos graduados não depende exclusivamente da titulação universitária, mas de um conjunto de fatores que envolvem origem social, experiência laboral, redes de sociabilidade, tipo de instituição, área de formação e condições econômicas regionais.

Sob essa perspectiva, o egresso constitui uma espécie de “porta-voz” da universidade, uma vez que sua atuação profissional, inserção social e percepção sobre a formação recebida refletem, direta ou indiretamente, os princípios pedagógicos, epistemológicos e institucionais que orientaram seu percurso formativo. O acompanhamento sistemático desses sujeitos permite avaliar, criticamente, em que medida os currículos, práticas pedagógicas,

políticas de permanência e estratégias institucionais respondem às demandas contemporâneas da formação superior. Entretanto, como observam De Vries et al. (2011), grande parte dos estudos de egressos ainda permanece excessivamente centrada em aspectos econômicos e ocupacionais, negligenciando dimensões mais amplas da experiência universitária, da aprendizagem e das contribuições institucionais efetivamente produzidas pela educação superior.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a responsabilidade sobre as trajetórias pós-universitárias não pode ser atribuída exclusivamente às instituições de educação superior. O estudante também ocupa papel central nesse processo, considerando que suas escolhas, experiências laborais, condições econômicas, expectativas profissionais, capital cultural e estratégias de permanência influenciam significativamente seus percursos formativos e profissionais. Como indicam De Vries et al. (2011), as trajetórias dos estudantes e egressos são marcadas por múltiplos condicionantes sociais e institucionais, sendo insuficiente compreender o sucesso ou fracasso profissional apenas pela qualidade formal do curso ou da universidade. Assim, o acompanhamento de egressos exige abordagens analíticas mais complexas, capazes de articular fatores institucionais, subjetivos, territoriais e socioeconômicos.

Apesar da crescente relevância do tema, o acompanhamento de egressos ainda representa um desafio recorrente nas IES brasileiras. Em muitas instituições, os modelos existentes permanecem incipientes, descontínuos e excessivamente burocratizados, limitando-se à coleta pontual de dados quantitativos, sem efetiva capacidade de compreender as trajetórias profissionais, os processos

de inserção laboral, as condições de permanência no mercado de trabalho, os impactos da formação acadêmica e a percepção dos próprios egressos sobre seus percursos formativos. Frequentemente, as instituições encontram dificuldades para manter vínculos com os estudantes após a conclusão do curso, especialmente em razão da ausência de políticas institucionais consolidadas, sistemas integrados de informação, cultura avaliativa permanente e estratégias de comunicação contínua com os ex-alunos.

No contexto brasileiro, tais desafios tornam-se ainda mais complexos diante das profundas desigualdades regionais que caracterizam o sistema de educação superior. Embora o debate sobre avaliação institucional, qualidade e acompanhamento de egressos tenha se ampliado nas últimas décadas em função do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), persistem assimetrias significativas entre regiões, instituições e condições estruturais de funcionamento das universidades públicas. Em regiões historicamente marcadas por dificuldades socioeconômicas, territoriais e infraestruturais, como a Amazônia Brasileira, os desafios relacionados ao acompanhamento de egressos assumem contornos ainda mais delicados, exigindo análises contextualizadas e territorialmente situadas.

No caso específico da Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, tais dificuldades são intensificadas pela ampla extensão territorial, dispersão populacional, limitações de mobilidade, desigualdades econômicas, dificuldades de acesso a serviços públicos, fragilidades infraestruturais e dinâmicas históricas de exclusão social. Trata-se de uma região marcada por profundas heterogeneidades territoriais e educacionais, nas quais o papel das universidades públicas torna-se

estratégico para a formação de profissionais, produção de conhecimento e desenvolvimento regional. Nesse cenário, acompanhar os egressos significa não apenas avaliar indicadores institucionais, mas compreender o alcance social da universidade pública em territórios historicamente vulnerabilizados, verificando de que maneira a formação superior contribui para processos de inclusão, desenvolvimento profissional, fixação de quadros qualificados e transformação social.

É nesse contexto que se insere a Universidade Federal de Rondônia (Unir), instituição que desempenha papel fundamental na interiorização e democratização da educação superior na Amazônia Ocidental. Como a única universidade pública federal do estado de Rondônia, a Unir atua em um território marcado por desafios logísticos, econômicos e sociais que impactam diretamente os processos formativos e as trajetórias profissionais de seus estudantes e egressos. Assim, discutir as políticas de acompanhamento de egressos na instituição implica compreender não apenas dispositivos normativos formais, mas também as condições concretas de implementação dessas políticas em contextos amazônicos periféricos e historicamente desiguais.

Nesse sentido, a presente pesquisa parte do seguinte problema de investigação: de que maneira a política institucional de acompanhamento de egressos da Universidade Federal de Rondônia, estabelecida pela Resolução nº 428/Consea, de 04 de maio 2016, tem sido estruturada e implementada nos cursos de licenciatura vinculados ao Núcleo de Ciências Humanas (NCH⁸) da instituição? A partir dessa problemática, o estudo tem como objetivo geral analisar a Política de Acompanhamento de Egressos da Unir, considerando os fundamentos estabelecidos pela Resolução

nº 428/2016 e suas diretrizes de implementação nos cursos de licenciatura do Núcleo de Ciências Humanas.

Analiticamente, o artigo concentra-se na compreensão crítica da resolução institucional, buscando identificar seus pressupostos políticos, administrativos e pedagógicos, bem como os desafios e limites relacionados à sua operacionalização no âmbito das licenciaturas. Parte-se da compreensão de que políticas de acompanhamento de egressos não podem ser reduzidas a mecanismos meramente administrativos ou exigências avaliativas vinculadas aos processos regulatórios, mas devem constituir instrumentos permanentes de avaliação institucional, planejamento acadêmico e fortalecimento da relação entre universidade, sociedade e mundo do trabalho.

Estruturalmente, o artigo está organizado em quatro seções principais. Inicialmente, discute-se o referencial teórico relacionado ao acompanhamento de egressos, avaliação institucional e relação entre educação superior e mercado de trabalho. Em seguida, apresenta-se o percurso metodológico da investigação e o contexto institucional da Universidade Federal de Rondônia. Posteriormente, realiza-se a análise da Resolução nº 428/2016 e de seus dispositivos relacionados à política de acompanhamento de egressos, articulando-os às especificidades das licenciaturas do Núcleo de Ciências Humanas. Por fim, são discutidos os desafios, limites e potencialidades da implementação dessa política no contexto amazônico, destacando a necessidade de fortalecimento de estratégias institucionais permanentes de acompanhamento e avaliação das trajetórias dos egressos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Importância do Acompanhamento de Egressos e das Políticas Institucionais na Educação Superior

O acompanhamento de egressos constitui uma dimensão estratégica das políticas institucionais de educação superior, especialmente em contextos marcados pela crescente exigência de qualidade, *accountability* e compromisso social das universidades. Nas últimas décadas, a temática passou a ocupar posição central nos debates sobre avaliação institucional, planejamento universitário, qualidade da formação acadêmica e relação entre universidade, sociedade e mundo do trabalho.

Mais do que um mecanismo administrativo de coleta de informações sobre empregabilidade ou inserção profissional, os estudos de egressos permitem compreender os impactos efetivos da formação universitária nas trajetórias sociais, profissionais, acadêmicas e humanas dos sujeitos formados pelas instituições de educação superior (IES). Nesse sentido, trata-se de um importante instrumento de avaliação institucional, retroalimentação curricular e planejamento acadêmico, possibilitando às universidades identificar limites, potencialidades e desafios relacionados aos seus processos formativos.

A implementação dessas políticas ainda ocorre de maneira bastante desigual entre as instituições brasileiras. Souza et al. (2020) destacam que diversas universidades vêm desenvolvendo iniciativas de aproximação com seus egressos, buscando fortalecer redes institucionais, subsidiar reformulações curriculares e ampliar o diálogo entre universidade e sociedade. Entretanto, os autores evidenciam que muitas dessas experiências permanecem fragmentadas, descontínuas e limitadas à aplicação pontual de

questionários vinculados aos processos regulatórios do MEC, sem efetiva integração com os setores responsáveis pelo planejamento institucional, currículo, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, evidencia-se uma importante contradição nas políticas brasileiras de acompanhamento de egressos: embora exista reconhecimento institucional e normativo acerca da relevância do tema, ainda são insuficientes os investimentos estruturais, tecnológicos e humanos destinados à consolidação de sistemas permanentes de monitoramento. Em muitas instituições, inexistem setores específicos, equipes capacitadas, sistemas informatizados integrados ou políticas permanentes voltadas à manutenção de vínculos institucionais com os ex-alunos. Conseqüentemente, grande parte das experiências apresenta baixa capacidade analítica e reduzido impacto sobre os processos decisórios das universidades.

Além de um mecanismo administrativo de coleta de informações sobre empregabilidade ou inserção profissional, os estudos de egressos permitem compreender os impactos efetivos da formação universitária nas trajetórias sociais, profissionais, acadêmicas e humanas dos sujeitos formados pelas IES. Nesse sentido, trata-se de um importante instrumento de avaliação institucional, retroalimentação curricular e planejamento acadêmico, possibilitando às universidades identificar limites, potencialidades e desafios relacionados aos seus processos formativos.

Simon e Pacheco (2017), ao analisarem políticas de acompanhamento de egressos em universidades públicas do Sul do Brasil, argumentam que essas ações constituem importantes instrumentos de avaliação institucional e aperfeiçoamento acadêmico, permitindo às instituições identificar demandas

formativas, necessidades de atualização curricular e aproximações entre formação universitária e sociedade. As autoras destacam, contudo, que grande parte das universidades brasileiras ainda desenvolve ações fragmentadas e pouco sistematizadas de acompanhamento, revelando fragilidades institucionais na consolidação de políticas permanentes para os ex-alunos.

Entretanto, reduzir o acompanhamento de egressos à lógica da empregabilidade representa uma compreensão limitada da função social da universidade. A educação superior não pode ser compreendida exclusivamente sob a perspectiva produtivista ou mercadológica, mas deve considerar também dimensões relacionadas à formação cidadã, ao compromisso ético, à participação social, à produção do conhecimento e ao desenvolvimento regional.

Nesse contexto, o egresso torna-se um sujeito estratégico para compreender as relações entre universidade, sociedade e mundo do trabalho. Sua trajetória profissional e acadêmica revela, direta ou indiretamente, os efeitos das políticas institucionais, das práticas pedagógicas, dos currículos, das experiências extensionistas e das condições de permanência vivenciadas durante o percurso formativo. Assim, acompanhar egressos significa, em última instância, avaliar criticamente a própria universidade e sua capacidade de responder às demandas sociais contemporâneas.

Todavia, apesar da crescente centralidade do tema nos debates sobre avaliação institucional e qualidade da educação superior, as políticas de acompanhamento de egressos ainda apresentam importantes fragilidades nas IES brasileiras. Em muitos casos, essas políticas permanecem restritas a iniciativas pontuais, descontínuas e

burocratizadas, frequentemente vinculadas apenas às exigências dos processos regulatórios do Sinaes ou às demandas de reconhecimento e renovação de cursos.

Nessas circunstâncias, os egressos acabam sendo tratados como fontes episódicas de dados quantitativos, sem que haja efetiva construção de vínculos institucionais permanentes. Essa realidade evidencia uma contradição significativa: embora as universidades reconheçam discursivamente a importância do egresso para a avaliação institucional, ainda são limitadas as estruturas técnicas, pedagógicas e administrativas destinadas à consolidação de políticas permanentes de acompanhamento.

Do ponto de vista pedagógico, também se observa a necessidade de maior envolvimento dos docentes nos processos de acompanhamento de egressos. Em diversas universidades, as discussões curriculares permanecem dissociadas das análises sobre inserção profissional, satisfação acadêmica ou impactos formativos percebidos pelos ex-alunos. Isso dificulta a construção de currículos mais dinâmicos, contextualizados e alinhados às transformações sociais, científicas e tecnológicas contemporâneas. Assim, o acompanhamento de egressos deveria constituir-se como elemento permanente dos processos de autoavaliação institucional, contribuindo para a revisão crítica dos projetos pedagógicos dos cursos, das metodologias de ensino, das práticas avaliativas e das políticas de permanência estudantil.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento das relações entre universidade, sociedade e organizações sociais, públicas e privadas. O acompanhamento de egressos pode constituir importante estratégia de aproximação institucional com

diferentes setores sociais, ampliando as possibilidades de cooperação acadêmica, inserção profissional, estágios, pesquisa aplicada, extensão universitária e inovação social. Cabe destacar que sistemas de acompanhamento de egressos em instituições de educação superior demonstram que a construção de redes permanentes de comunicação e interação com ex-alunos favorece não apenas processos de empregabilidade e desenvolvimento profissional, mas também o fortalecimento da identidade institucional, da extensão universitária e das ações colaborativas entre universidade e sociedade.

Entretanto, essa aproximação não deve ocorrer apenas sob a lógica instrumental da empregabilidade ou da adaptação da universidade às demandas do mercado. É necessário problematizar criticamente quais interesses orientam essa relação entre educação superior e mundo do trabalho. Em um cenário marcado pela expansão de políticas neoliberais e privatização na educação superior, existe o risco de que o acompanhamento de egressos seja reduzido a indicadores de produtividade, empregabilidade e retorno econômico da formação universitária, subordinando os processos educativos às dinâmicas imediatistas do mercado.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental defender uma concepção ampliada de acompanhamento de egressos, orientada pelo compromisso social da universidade pública e pela formação humana integral. Isso implica compreender os egressos não apenas como trabalhadores inseridos no mercado, mas como sujeitos históricos que atuam em diferentes espaços sociais, culturais, políticos e educativos. Assim, os estudos de egressos devem incorporar dimensões relacionadas à participação cidadã, atuação comunitária, compromisso ético, desenvolvimento regional,

produção científica, continuidade formativa e impactos sociais da atuação profissional.

Além disso, o acompanhamento de egressos pode contribuir significativamente para a consolidação de políticas institucionais de internacionalização, inovação e desenvolvimento territorial. Em regiões periféricas e historicamente marcadas por desigualdades sociais e econômicas, como a Amazônia Brasileira, compreender as trajetórias dos egressos torna-se ainda mais relevante para avaliar o papel das universidades públicas na formação de profissionais qualificados, na interiorização do conhecimento e no fortalecimento do desenvolvimento regional.

Cardoso (2018), ao investigar a empregabilidade de egressos da educação profissional integrada ao ensino médio no extremo norte da Amazônia, evidencia que as condições territoriais, econômicas e sociais da região impactam diretamente os processos de inserção profissional e as possibilidades de permanência dos sujeitos no mercado de trabalho, demonstrando a necessidade de políticas educacionais territorialmente contextualizadas.

Portanto, a construção de políticas efetivas de acompanhamento de egressos exige investimentos institucionais permanentes, formação continuada das equipes técnicas, docentes e gestoras, integração entre setores acadêmicos e administrativos, desenvolvimento de sistemas de informação robustos e fortalecimento de redes colaborativas com organizações sociais, escolas, empresas, órgãos públicos e movimentos sociais. Mais do que uma exigência avaliativa, trata-se de uma dimensão estratégica para o fortalecimento da universidade pública enquanto instituição

socialmente referenciada, democrática e comprometida com a transformação da realidade social.

No cenário internacional, observa-se que diversos países vêm desenvolvendo modelos mais sistemáticos e integrados de acompanhamento de egressos, articulando tecnologias digitais, plataformas institucionais, redes sociais profissionais e sistemas nacionais de monitoramento educacional. Em países europeus, especialmente após o Processo de Bolonha, os estudos de egressos passaram a desempenhar papel relevante na avaliação da empregabilidade, mobilidade acadêmica e desenvolvimento de competências profissionais. Knight e Yorke (2013) destacam que, em muitos contextos europeus, a noção de empregabilidade ultrapassa a simples inserção no mercado de trabalho, envolvendo capacidades relacionadas à aprendizagem contínua, flexibilidade profissional, pensamento crítico e participação social.

Nos Estados Unidos, as universidades tradicionalmente mantêm forte relação com seus alunos, desenvolvendo estruturas institucionais robustas voltadas à manutenção de vínculos permanentes com os ex-alunos. Essas políticas incluem plataformas digitais integradas, programas de mentoria, redes profissionais, ações de *fundraising*, eventos acadêmicos e sistemas contínuos de comunicação institucional. Nesse modelo, os egressos são compreendidos não apenas como indicadores de qualidade institucional, mas também como agentes estratégicos para fortalecimento da imagem universitária, internacionalização e ampliação das redes de cooperação acadêmica e profissional.

Além disso, diversos países têm incorporado tecnologias digitais e inteligência de dados aos sistemas de acompanhamento de

egressos, utilizando plataformas *online* e redes sociais profissionais para monitorar trajetórias profissionais, padrões de mobilidade e indicadores de inserção laboral. Essas experiências internacionais demonstram que o acompanhamento de egressos tende a tornar-se cada vez mais articulado às políticas de inovação institucional, transformação digital e governança universitária baseada em evidências.

Todavia, também no cenário internacional, emergem importantes problematizações críticas acerca dessas políticas. Dentre elas, destaca-se o risco de redução da função social da universidade à lógica da empregabilidade e da produtividade econômica. Nessa direção, questiona-se até que ponto os sistemas de acompanhamento de egressos estariam contribuindo para fortalecer processos emancipatórios de formação humana ou, ao contrário, reforçando mecanismos de adaptação instrumental da universidade às demandas imediatas do mercado.

Portanto, discutir políticas de acompanhamento de egressos implica problematizar o próprio papel contemporâneo da educação superior, seus compromissos sociais, seus modelos de formação e suas relações com o desenvolvimento humano, científico e regional. Tal discussão exige compreender que o acompanhamento de egressos não pode limitar-se a procedimentos técnicos de monitoramento estatístico, mas deve constituir uma política institucional integrada aos processos de avaliação, planejamento, gestão democrática e compromisso social da universidade pública.

Torna-se necessário construir modelos de acompanhamento capazes de articular dados quantitativos e qualitativos, trajetórias profissionais, experiências formativas, impactos sociais e

desenvolvimento regional, especialmente em contextos amazônicos marcados por desigualdades estruturais e desafios históricos relacionados ao acesso, permanência e inserção profissional. Ao acompanhar seus egressos, a universidade não apenas avalia os resultados de sua formação, mas também reconhece os sujeitos que constituem sua história, sua identidade institucional e sua inserção social.

2.2. Impacto do Acompanhamento de Egressos na Qualidade Educacional

Os dados produzidos por meio do acompanhamento de egressos possibilitam às IES identificar lacunas na formação profissional, demandas de atualização curricular, níveis de satisfação acadêmica, dificuldades de inserção laboral e percepções sobre a relevância social da formação recebida. Essas informações tornam-se fundamentais para subsidiar processos de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), desenvolvimento de metodologias de ensino mais contextualizadas e fortalecimento das políticas de permanência, extensão e inovação acadêmica. Assim, o acompanhamento de egressos não deve ser compreendido apenas como exigência avaliativa vinculada aos processos regulatórios do Ministério da Educação (MEC), mas como parte constitutiva de uma cultura institucional de avaliação formativa e melhoria contínua.

Além disso, torna-se possível problematizar aspectos centrais da formação universitária: quais competências estão sendo efetivamente desenvolvidas? Em que medida os currículos dialogam com as transformações sociais, tecnológicas e profissionais contemporâneas? Como as práticas pedagógicas têm contribuído para a formação crítica, ética e socialmente comprometida dos

estudantes? Até que ponto os processos formativos têm favorecido autonomia intelectual, capacidade investigativa e aprendizagem contínua?

Essas questões evidenciam que o acompanhamento de egressos não se limita à avaliação da empregabilidade, mas envolve a análise crítica da própria concepção de formação defendida pelas universidades. Nesse sentido, Yorke (2004) argumenta que a percepção dos egressos acerca da relevância e qualidade da formação recebida influencia diretamente não apenas a reputação institucional, mas também a legitimidade social da universidade. Entretanto, reduzir a qualidade educacional à satisfação dos egressos ou aos índices de inserção profissional representa uma compreensão limitada da função social da educação superior, sobretudo em contextos marcados por profundas desigualdades sociais e econômicas.

Sob essa perspectiva, é necessário reconhecer que a qualidade educacional não pode ser mensurada exclusivamente pela capacidade de adaptação dos egressos às exigências do mercado de trabalho. A universidade pública possui compromissos mais amplos relacionados à formação humana integral, à produção científica, ao desenvolvimento regional, à inclusão social e à construção de cidadania crítica. Portanto, os processos de acompanhamento de egressos devem incorporar dimensões relacionadas à participação social, atuação comunitária, continuidade acadêmica, compromisso ético e impactos sociais da atuação profissional.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento da conscientização dos próprios egressos sobre a importância de manter vínculos permanentes com a universidade. Em muitas

instituições, observa-se baixa participação dos ex-alunos nos processos de acompanhamento institucional, seja pela ausência de políticas permanentes de aproximação, seja pela fragilidade dos canais de comunicação entre universidade e sociedade. Tal cenário evidencia que o acompanhamento de egressos não depende apenas da capacidade técnica das instituições, mas também da construção de uma cultura institucional de pertencimento e participação.

Nesse sentido, torna-se fundamental que as universidades desenvolvam estratégias capazes de sensibilizar os estudantes, ainda durante sua formação inicial, acerca da importância de permanecerem vinculados à instituição após a conclusão do curso. Essa conscientização envolve compreender que o vínculo entre egresso e universidade não deve encerrar-se com a diplomação, mas constituir uma relação contínua de colaboração acadêmica, desenvolvimento profissional, participação institucional e construção coletiva do conhecimento.

Entretanto, essa aproximação exige condições institucionais concretas. Não basta atribuir aos egressos a responsabilidade pela manutenção do vínculo com a universidade se as próprias IES não dispõem de meios institucionais, tecnológicos e organizacionais adequados para sustentar essa relação. Muitas universidades ainda carecem de sistemas integrados de informação, plataformas digitais permanentes, equipes técnicas especializadas, políticas de comunicação institucional e estratégias de interação contínua com os ex-alunos. Consequentemente, as ações de acompanhamento tornam-se episódicas, burocratizadas e pouco efetivas.

Além disso, os desafios relacionados ao acompanhamento de egressos revelam importantes questões ligadas à gestão universitária e à governança institucional. A ausência de integração entre setores administrativos, coordenações de curso, núcleos pedagógicos, comissões próprias de avaliação (CPA) e setores de tecnologia da informação frequentemente compromete a construção de políticas institucionais permanentes e articuladas. Em muitos casos, os dados produzidos não são incorporados aos processos decisórios, permanecendo restritos a relatórios formais sem efetivo impacto sobre o planejamento acadêmico e pedagógico.

Lima e Ferreira (2020) destacam que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas instituições se refere justamente à inexistência de sistemas integrados e eficientes de monitoramento dos egressos. Essa limitação torna-se ainda mais evidente em universidades públicas situadas em regiões periféricas ou marcadas por dificuldades estruturais, como a Amazônia Brasileira, onde fatores territoriais, tecnológicos e socioeconômicos dificultam tanto o acompanhamento institucional quanto a manutenção de vínculos permanentes com os ex-alunos.

Diante desse cenário, diversas experiências nacionais e internacionais têm buscado desenvolver boas práticas voltadas ao fortalecimento das políticas de acompanhamento de egressos. Moraes e Silva (2017) destacam a importância da utilização de plataformas digitais integradas, redes colaborativas de ex-alunos, sistemas de inteligência de dados e estratégias contínuas de comunicação institucional. Tais iniciativas permitem não apenas maior eficiência na coleta de informações, mas também a

construção de redes acadêmicas, profissionais e sociais que fortalecem o capital institucional das universidades.

Todavia, a incorporação de tecnologias digitais ao acompanhamento de egressos não pode ser compreendida como solução meramente técnica. É necessário problematizar criticamente como essas ferramentas são utilizadas, quais interesses orientam os processos de monitoramento institucional e de que maneira os dados produzidos contribuem, ou não, para o fortalecimento de uma educação superior socialmente referenciada e comprometida com a transformação da realidade social.

Assim, o acompanhamento de egressos deve ser concebido como uma política institucional integrada à gestão pedagógica, à avaliação educacional e ao desenvolvimento universitário, articulando dimensões quantitativas e qualitativas da formação superior. Mais do que monitorar trajetórias profissionais, trata-se de compreender os impactos concretos da universidade na vida dos sujeitos e nos territórios em que atua, fortalecendo processos democráticos de avaliação, participação social e construção coletiva da qualidade educacional.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter documental e analítico, centrada na análise da Política de Acompanhamento de Egressos da Unir, instituída pela Resolução nº 428/2016⁹. O estudo buscou compreender os fundamentos institucionais, as diretrizes normativas e os mecanismos previstos para a implementação da política de acompanhamento de egressos

no âmbito da universidade, com ênfase nos cursos de licenciatura vinculados ao Núcleo de Ciências Humanas (NCH).

Inicialmente, realizou-se uma análise documental detalhada da Resolução nº 428/2016, considerando seus pressupostos políticos, administrativos e pedagógicos, bem como os objetivos institucionais relacionados ao monitoramento e à avaliação das trajetórias acadêmicas e profissionais dos egressos. A análise concentrou-se especialmente nos objetivos e justificativas da política institucional, nas responsabilidades atribuídas às diferentes unidades acadêmicas e administrativas da universidade e nos mecanismos estabelecidos para coleta, sistematização e utilização de dados relacionados à inserção profissional e ao acompanhamento dos ex-alunos.

Paralelamente, procedeu-se à coleta e análise dos PPC das licenciaturas vinculadas ao Núcleo de Ciências Humanas (NCH) da Unir, buscando identificar de que maneira a Política de Acompanhamento de Egressos encontra-se incorporada aos documentos formativos e às diretrizes curriculares dos cursos. A análise dos PPC permitiu examinar aspectos relacionados à estrutura curricular, aos objetivos formativos, às metodologias de ensino, aos processos avaliativos e às estratégias institucionais voltadas ao acompanhamento dos egressos.

As principais fontes documentais da investigação foram: a) a Resolução nº 428/2016, documento oficial responsável por instituir a Política de Acompanhamento de Egressos da Unir e definir suas diretrizes institucionais; e b) os Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura do NCH, considerados fundamentais para compreender a materialização da política no âmbito da formação acadêmica e da gestão pedagógica dos cursos. A partir da articulação entre análise

normativa e análise documental dos PPC, buscou-se compreender criticamente os avanços, limites e desafios relacionados à implementação da Política de Acompanhamento de Egressos da Unir, considerando as especificidades institucionais e territoriais da universidade no contexto da Amazônia Ocidental.

Para a análise dos documentos institucionais, a pesquisa utilizou a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), compreendida como um conjunto de procedimentos metodológicos sistemáticos e objetivos destinados à interpretação e categorização de conteúdos presentes em diferentes tipos de documentos e comunicações. O processo analítico desenvolveu-se a partir das etapas de pré-análise, exploração do material, categorização temática e interpretação dos dados, permitindo compreender tanto os elementos explícitos quanto os sentidos subjacentes presentes nos documentos institucionais analisados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. A Resolução 428/2016 da Unir: Estrutura e Objetivos

A Resolução nº 428/2016 da Universidade Federal de Rondônia (Unir) representa um importante marco institucional no processo de consolidação de políticas de acompanhamento de egressos no âmbito da universidade pública amazônica. Sua elaboração insere-se em um contexto mais amplo de fortalecimento das políticas de avaliação institucional e de ampliação das exigências relacionadas à qualidade da educação superior.

A resolução estabelece diretrizes voltadas à criação de uma política institucional de monitoramento dos egressos da universidade, buscando desenvolver mecanismos permanentes de coleta,

sistematização e análise de informações relacionadas às trajetórias acadêmicas e profissionais dos ex-alunos. Entre seus principais objetivos, presentes no seu artigo 7º, destacam-se a constituição de bancos de dados atualizados, a realização periódica de pesquisas sobre inserção profissional e continuidade formativa, o fortalecimento da relação entre universidade e egressos, bem como a utilização das informações produzidas para subsidiar processos de avaliação institucional e aprimoramento acadêmico.

Entretanto, mais do que um dispositivo normativo voltado ao levantamento de dados estatísticos, a Resolução nº 428/2016 expressa uma tentativa institucional de reconhecer o egresso como sujeito estratégico para a compreensão dos impactos sociais, acadêmicos e profissionais da universidade pública na Amazônia Ocidental. Nesse sentido, a política de acompanhamento de egressos proposta pela Unir pode ser interpretada como parte de um movimento mais amplo de fortalecimento da responsabilidade social universitária, na medida em que busca compreender como os processos formativos desenvolvidos pela instituição repercutem nos territórios, nas comunidades e nas trajetórias dos sujeitos formados.

Do ponto de vista estrutural, a resolução prevê a participação articulada de diferentes setores acadêmicos e administrativos da universidade, atribuindo responsabilidades às coordenações de curso, departamentos, núcleos acadêmicos e setores institucionais relacionados ao planejamento e à avaliação. Tal perspectiva evidencia a compreensão de que o acompanhamento de egressos não deve ser tratado como ação isolada ou centralizada em um único setor administrativo, mas como política transversal integrada à gestão universitária, aos processos pedagógicos e às dinâmicas de autoavaliação institucional.

Todavia, embora a resolução apresente objetivos relevantes, mas sintéticos, e diretrizes, sua efetivação concreta envolve desafios complexos relacionados às condições estruturais, organizacionais e territoriais da própria universidade. Em instituições multicampi situadas em contextos amazônicos, como a Unir, a implementação de políticas permanentes de acompanhamento de egressos enfrenta obstáculos relacionados à dispersão geográfica dos campi, limitações tecnológicas, dificuldades de comunicação institucional, fragilidades administrativas e restrições orçamentárias historicamente presentes nas universidades públicas brasileiras.

Observa-se que a existência de dispositivos normativos, por si só, não garante a consolidação efetiva de uma política institucional permanente. Um dos principais desafios refere-se justamente à transformação da resolução em práticas concretas de gestão pedagógica, avaliação institucional e produção sistemática de conhecimento sobre os egressos. Em muitas universidades brasileiras, políticas semelhantes acabam reduzidas a procedimentos burocráticos vinculados às exigências dos processos avaliativos externos, sem integração efetiva aos processos decisórios institucionais e às discussões curriculares.

Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar em que medida a Resolução nº 428/2016 tem conseguido ultrapassar uma perspectiva meramente formal ou documental, consolidando-se como instrumento efetivo de planejamento acadêmico e fortalecimento institucional. Tal reflexão exige considerar não apenas os mecanismos de coleta de dados previstos na normativa, mas também as condições institucionais concretas para sua operacionalização: existência de equipes técnicas capacitadas, integração entre setores administrativos e acadêmicos,

desenvolvimento de sistemas informatizados, participação docente, envolvimento das coordenações de curso e construção de canais permanentes de comunicação com os egressos.

Do ponto de vista da gestão universitária, a resolução também revela a necessidade de fortalecimento de uma cultura institucional de avaliação participativa e contínua. O acompanhamento de egressos demanda articulação permanente entre gestão administrativa, gestão pedagógica e processos de autoavaliação institucional, exigindo que diferentes atores universitários reconheçam a relevância estratégica dessas políticas para o desenvolvimento institucional.

Sob essa perspectiva, a Resolução nº 428/2016 pode ser compreendida não apenas como instrumento administrativo de monitoramento institucional, mas como expressão de um projeto político-pedagógico mais amplo relacionado à responsabilidade social da universidade pública. Seu potencial transformador, contudo, depende da capacidade institucional da Unir de consolidar mecanismos permanentes de acompanhamento, fortalecer vínculos com seus ex-alunos e incorporar criticamente as informações produzidas aos processos de avaliação, planejamento e gestão acadêmica.

Assim, a análise da resolução evidencia tanto avanços institucionais importantes quanto limites e desafios relacionados à implementação efetiva das políticas de acompanhamento de egressos em contextos amazônicos. Mais do que criar normas ou bancos de dados, o desafio contemporâneo das universidades públicas consiste em construir políticas institucionalmente sustentáveis, pedagogicamente significativas e socialmente

comprometidas com a formação humana, o desenvolvimento regional e a democratização da educação superior.

4.2. Análise da Resolução N° 428/2016 e os Desafios de Implementação nos Cursos de Licenciatura do NCH

A análise da Resolução n° 428/2016 evidencia que a Unir buscou instituir uma política institucional estruturada para o acompanhamento de egressos, estabelecendo diretrizes voltadas à coleta, sistematização e análise de informações relacionadas às trajetórias acadêmicas e profissionais dos ex-alunos. Cabe destacar que a a UNIR possui um portal do egresso: <https://egressos.unir.br/homepage>. Este portal foi criado para atender ao inciso II, do artigo 9° da resolução.

A normativa apresenta objetivos relevantes em seu artigo 7° no âmbito da avaliação institucional, do planejamento acadêmico e da aproximação entre universidade e sociedade, reconhecendo o egresso como sujeito estratégico para compreensão dos impactos da formação universitária e para o aprimoramento contínuo dos processos formativos.

Do ponto de vista normativo, a resolução demonstra preocupação em fortalecer mecanismos institucionais de monitoramento dos egressos. Além disso, o documento atribui responsabilidades às diferentes unidades acadêmicas e administrativas da instituição, indicando a necessidade de articulação entre gestão universitária, coordenações de curso e setores de avaliação institucional.

Um dos principais limites observados refere-se à dificuldade de consolidação de mecanismos permanentes de comunicação e interação entre a universidade e os egressos. Além disso, a

inexistência de sistemas informatizados robustos, aliados às limitações orçamentárias e administrativas, compromete a atualização contínua dos dados dos egressos e a realização de estudos sistemáticos sobre inserção profissional, continuidade formativa e impactos sociais da formação acadêmica. Tal cenário evidencia que a existência de uma resolução institucional, embora fundamental, não garante, por si só, a efetivação concreta de uma política permanente de acompanhamento de egressos

Outro desafio relevante refere-se à fragilidade da integração entre os diferentes setores acadêmicos e administrativos da universidade. A ausência de articulação contínua entre coordenações de curso, departamentos, núcleos pedagógicos, CPA e setores de tecnologia da informação frequentemente limita a utilização pedagógica e institucional dos dados produzidos pelos sistemas de acompanhamento. Como consequência, muitas informações coletadas acabam não sendo incorporadas aos processos de revisão curricular, planejamento acadêmico e avaliação institucional.

Nesse contexto, a implementação da Resolução nº 428/2016 nos cursos de licenciatura do NCH (atual FCH) exige não apenas adequações administrativas, mas sobretudo a construção de uma cultura institucional de acompanhamento, avaliação e diálogo permanente com os egressos. Considerando as especificidades das licenciaturas, tal política torna-se ainda mais relevante, uma vez que permite compreender como os profissionais formados pela universidade estão atuando nos sistemas educacionais, quais desafios enfrentam no exercício da docência e de que maneira avaliam os processos formativos vivenciados durante a graduação.

Sob essa perspectiva, a integração da política de acompanhamento de egressos aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do NCH pode fortalecer significativamente os processos de gestão pedagógica, ensino, pesquisa e extensão. Uma das possibilidades consiste na incorporação de práticas investigativas e estudos sobre trajetórias profissionais ao longo do percurso formativo, estimulando a construção de uma cultura acadêmica voltada à reflexão crítica sobre formação docente, desenvolvimento profissional e realidade educacional amazônica.

Nesse sentido, a pesquisa pode assumir papel central na implementação da política institucional de acompanhamento de egressos. A incorporação de componentes curriculares voltados à investigação científica, análise de contextos educacionais e estudos sobre formação profissional contribui para o desenvolvimento de competências investigativas e para a compreensão crítica das dinâmicas sociais e educacionais que atravessam a atuação dos futuros docentes. Além disso, projetos de pesquisa aplicada podem favorecer a aproximação entre universidade e comunidade, possibilitando que os cursos de licenciatura desenvolvam investigações voltadas às demandas concretas das redes de ensino e dos territórios amazônicos.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A implementação da Resolução nº 428/2016 pode contribuir para que os cursos desenvolvam estratégias integradas de acompanhamento de egressos, associando produção científica, extensão universitária e formação docente. A participação dos estudantes em programas de iniciação científica, projetos extensionistas e atividades de pesquisa colaborativa possibilita maior aproximação entre universidade e

realidade social, fortalecendo a compreensão crítica sobre os desafios da educação básica e da profissionalização docente na região.

Além disso, a política de acompanhamento de egressos pode favorecer o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e redes colaborativas entre cursos, departamentos e instituições parceiras. Em contextos amazônicos, a construção de pesquisas articuladas às demandas locais e regionais torna-se fundamental para fortalecer o papel social da universidade pública e ampliar os impactos da formação acadêmica sobre o desenvolvimento regional.

A realização de estudos periódicos sobre as trajetórias dos egressos das licenciaturas também pode contribuir significativamente para o aprimoramento dos PPCs, permitindo identificar demandas de formação continuada, desafios relacionados à inserção profissional e necessidades de atualização curricular. Nesse processo, os dados produzidos pelos sistemas de acompanhamento devem ser incorporados aos processos de autoavaliação institucional e revisão pedagógica, garantindo que as decisões acadêmicas estejam fundamentadas em evidências concretas sobre a formação e atuação profissional dos ex-alunos.

Todavia, para que essas ações se consolidem de maneira efetiva, torna-se necessário o fortalecimento de políticas institucionais de apoio à pesquisa, à inovação pedagógica e à formação continuada de docentes e técnicos administrativos. A consolidação da Política de Acompanhamento de Egressos da Unir demanda investimentos em infraestrutura tecnológica, sistemas integrados de informação, equipes especializadas e programas de capacitação voltados à

gestão de dados, avaliação institucional e metodologias de acompanhamento.

Da mesma forma, é fundamental reconhecer que o acompanhamento de egressos não deve restringir-se à lógica burocrática ou aos processos regulatórios externos. Trata-se de uma política estratégica para o fortalecimento da universidade pública enquanto instituição socialmente referenciada, comprometida com a formação humana, o desenvolvimento regional e a democratização do acesso ao conhecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Política de Acompanhamento de Egressos da Unir, instituída pela Resolução nº 428/2016, evidencia avanços importantes no reconhecimento institucional da relevância dos egressos para os processos de avaliação, planejamento e aprimoramento da educação superior. A criação de diretrizes específicas voltadas ao monitoramento das trajetórias acadêmicas e profissionais dos ex-alunos demonstra a compreensão de que o acompanhamento de egressos constitui uma dimensão estratégica da gestão universitária, permitindo à instituição avaliar os impactos de sua formação, fortalecer vínculos com a sociedade e subsidiar processos de revisão curricular e desenvolvimento institucional.

Entretanto, a pesquisa também revela que a existência de uma normativa institucional, embora fundamental, não garante, por si só, a efetivação concreta de uma política permanente, integrada e sistemática de acompanhamento de egressos. Os desafios identificados ultrapassam questões meramente operacionais e evidenciam limites estruturais, administrativos, tecnológicos e

pedagógicos que impactam diretamente a capacidade institucional da universidade de produzir informações qualificadas sobre as trajetórias de seus ex-alunos.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de atualização e fortalecimento da própria Resolução nº 428/2016, considerando as transformações ocorridas na estrutura organizacional da universidade, as mudanças nas políticas de avaliação da educação superior, os avanços tecnológicos relacionados à gestão de dados e as novas demandas sociais, profissionais e educacionais que atravessam a formação universitária contemporânea. Passados quase dez anos de sua aprovação, torna-se necessário que a política institucional de acompanhamento de egressos seja revisitada criticamente, incorporando estratégias mais articuladas de governança institucional, inteligência de dados, comunicação digital e integração entre graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Além disso, a investigação evidencia a importância da consolidação de estudos sistemáticos sobre egressos tanto em nível institucional quanto no âmbito específico dos cursos de graduação e programas de pós-graduação. A produção contínua de dados qualitativos e quantitativos sobre inserção profissional, continuidade formativa, desenvolvimento acadêmico, atuação social e desafios enfrentados pelos egressos pode contribuir significativamente para o fortalecimento dos processos de autoavaliação institucional e gestão pedagógica.

Nos cursos de licenciatura vinculados ao então Núcleo de Ciências Humanas — atual Faculdade de Ciências Humanas (FCH) —, essa discussão torna-se ainda mais relevante, considerando os desafios relacionados à formação docente, às transformações das políticas

educacionais e às especificidades do contexto amazônico. Compreender as trajetórias dos egressos das licenciaturas permite identificar de que maneira a universidade tem contribuído para a formação de professores, para a atuação nos sistemas educacionais da região e para o enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais presentes na Amazônia Ocidental.

Da mesma forma, destaca-se a necessidade de ampliar as discussões sobre acompanhamento de egressos também no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, considerando que mestrandos e doutorandos desempenham papel fundamental na produção científica, inovação acadêmica e formação de quadros qualificados para atuação no ensino superior, pesquisa e gestão educacional. Nesse contexto, políticas integradas de acompanhamento podem fortalecer a compreensão sobre os impactos sociais e acadêmicos da universidade pública em diferentes níveis formativos.

Outro aspecto central refere-se à necessidade de fortalecimento de uma cultura institucional de acompanhamento de egressos, superando perspectivas burocráticas ou centradas exclusivamente nas exigências regulatórias. O acompanhamento de egressos precisa consolidar-se como prática permanente de gestão acadêmica, articulada aos processos de avaliação institucional, revisão curricular, planejamento pedagógico e desenvolvimento regional.

Além disso, a pesquisa evidencia que acompanhar egressos significa também problematizar o próprio papel social da universidade pública contemporânea. Mais do que monitorar índices de empregabilidade ou inserção profissional, trata-se de compreender como a formação universitária impacta os territórios, as

comunidades e os sujeitos historicamente atravessados por desigualdades sociais, econômicas e educacionais. No contexto amazônico, essa discussão assume dimensão ainda mais estratégica, considerando os desafios históricos relacionados à interiorização da educação superior, formação de professores, desenvolvimento regional e democratização do acesso ao conhecimento.

Diante desse cenário, futuras investigações podem aprofundar questões relacionadas aos impactos concretos das políticas de acompanhamento de egressos sobre os processos de reformulação curricular, gestão pedagógica e desenvolvimento institucional nas universidades públicas amazônicas. De que maneira os dados produzidos pelos sistemas de acompanhamento de egressos têm efetivamente contribuído para transformar práticas pedagógicas, políticas institucionais e estratégias de formação universitária na Amazônia Ocidental?

Conclui-se, portanto, que a Política de Acompanhamento de Egressos da Unir representa uma iniciativa relevante para o fortalecimento da avaliação institucional e da responsabilidade social universitária, mas que sua efetividade depende da capacidade institucional de consolidar mecanismos permanentes, integrados e socialmente referenciados de monitoramento e diálogo com seus ex-alunos. Mais do que uma exigência administrativa, acompanhar egressos constitui um compromisso político, pedagógico e social da universidade pública com a qualidade da formação, a produção do conhecimento e a transformação da realidade amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

CARDOSO, Kátia Cristina de Oliveira. **Empregabilidade de egressos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio no extremo norte da Amazônia brasileira**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6767>. Acesso em: 14 maio 2026.

DE VRIES, Wietse et al. ¿Desertores o decepcionados? Distintas causas para abandonar los estudios universitarios. **Revista de la Educación Superior**, Ciudad de México, v. 40, n. 160, p. 29-50, 2011.

GONCALVES, Cintia dos Santos Souza. **O Acompanhamento de Egressos do Curso de Pedagogia como Indicador de Avaliação Institucional na Unir'** 13/11/2014 undefined f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal De Rondônia, Porto Velho Biblioteca Depositária

KNIGHT, Peter T.; YORKE, Mantz. **Assessment, learning and employability**. Maidenhead: Open University Press, 2003.

LIMA, Lucinéia Alves; FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação institucional no ensino superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 104-125, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/thtJxftVXVGK4MMVCKGb6Dy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2026.

MORAES, Adriana Aparecida de; SILVA, Edna Cristina da; MINEIRO, Alex Antônio da Costa; FAVARETTO, Fabio. Sistemas de acompanhamento de egressos em instituições de ensino superior: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 4, e0111426281, 2022. Disponível em: [Research Society and Development](#). Acesso em: 14 maio 2026.

PENA, Mônica Diniz Carneiro. **Acompanhamento de egressos no âmbito educacional brasileiro: análise da situação profissional nos cursos de Engenharia Industrial Elétrica e Mecânica do CEFET-MG**. 2000. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

ROSA, Sérgio Klein da. **Gestão da educação superior: indicadores sobre qualidade a partir da percepção dos egressos**. 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Centro Universitário Adventista de São Paulo, Engenheiro Coelho, 2019. Disponível em: http://sites.unasp-ec.edu.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=435235. Acesso em: 14 maio 2026.

SANTOS, Marciele Dias; KONAGESKI, Jamile Tábata Balestrin (org.). **Formação humana na contemporaneidade**. Cruz Alta: Ilustração, 2022.

SANTOS, Wanderlan de Sousa. **Desafios para efetivação de uma política de acompanhamento de egressos em uma instituição de educação superior no Distrito Federal**. 2018. 112 f. Dissertação

(Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SIMON, Lilian Wrzesinski; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Acompanhamento de egressos: desafios e possibilidades no contexto das universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Superior**, Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 94-113, 2017. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. UNIR. **Resolução nº 428/2016/CONSEA, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Acompanhamento de Egressos da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho: UNIR, 2016. Disponível em: <https://www.unir.br>. Acesso em: 14 maio 2026.

YORKE, Mantz. **Employability in higher education: what it is – what it is not**. York: Higher Education Academy, 2004.

¹ Pós-Doutorando em Administração em Gestão e Desenvolvimento da Educação pelo Instituto Politécnico Nacional (IPN/México) e tem Pós-Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais (PPGITE/IMD), Líder do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford).
E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Pós-Doutorando em Inovação em Tecnologias Educacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Educação pelo Center for Advanced Studies of the Americas. Mestre

em Ciências Criminais pela Universidade da América do Norte.

Pesquisador Estrangeiro do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford).

E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Tem Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Rondônia. Técnica em Assuntos Educacionais na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia. Vice-Coordenadora da Linha de Pesquisa "Educação Superior, Internacionalização e Andragogia em diferentes contextos" e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford/CNPq/Felcs/UFRN). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Tem Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Rondônia. Assessora Técnico-Pedagógica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCERO) e Coordenadora Pedagógica da Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Escon/TCERO). Vice-Coordenadora da Linha de Pesquisa "Educação Superior, Internacionalização e Andragogia em diferentes contextos" e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford/CNPq/Felcs/UFRN). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Efetiva da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento

Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestre em Energia e Ambiente pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (Unilab). Professor da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Centro Universitário Uniateneu. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Inovação Educacional, Formação e Desenvolvimento Profissional (G-Pieford). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Em março de 2026, a estrutura organizacional da Universidade Federal de Rondônia (Unir) passou por uma reconfiguração administrativa e acadêmica, alterando a denominação e a organização de suas unidades acadêmicas. Nesse processo, os antigos Núcleos foram transformados em Faculdades, de modo que o Núcleo de Ciências Humanas (NCH) passou a ser denominado Faculdade de Ciências Humanas (FCH). A estrutura anterior dos Núcleos era organizada a partir de departamentos acadêmicos e suas respectivas chefias, responsáveis pela gestão administrativa e pedagógica das áreas de conhecimento. Com a nova configuração institucional, a organização passou a centrar-se nos cursos de graduação e em suas coordenações, modificando a dinâmica de gestão acadêmica, administrativa e pedagógica da universidade.

⁹ A política de acompanhamento de egresso foi inserida do Projeto Pedagógico institucional (PPI) da UNIR, "1.11 POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS, p. 22. Disponível em: [https://pdi.unir.br/uploads/91293291/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20\(PPI\)%20PDI%202025-2029/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20\(PPI\)%20PDI%202025-2029.pdf](https://pdi.unir.br/uploads/91293291/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20(PPI)%20PDI%202025-2029/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20(PPI)%20PDI%202025-2029.pdf). Este instrumento é de grande importância porque ele é norteador para a elaboração dos PPC de Curso". Pode relacionar a resolução com o PPI.